

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

José Cruz/Agência Brasil



Páulo Pimenta faz parte da "Turma de Curitiba"

## O entorno de Lula e a comunicação

Na avaliação de um dos fundadores do PT, uma das grandes diferenças que há entre o terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva e os dois anteriores, é a composição do entorno mais próximo do presidente. É o que ele chama de força atual da "Turma de Curitiba" em contraposição à força anterior da "Turma de São Bernardo". Grato com aqueles que lhe deram

mais apoio durante seu tempo de prisão, Lula os trouxe para perto neste seu governo. É a "Turma de Curitiba". Com uma participação bem menor dos conselheiros tradicionais que mais o acompanhavam desde o início da carreira política a partir do Sindicato dos Metalúrgicos. A "Turma de São Bernardo". A começar pela própria primeira-dama Janja da Silva.

## Pimenta

Isso se reflete na comunicação do governo, que Lula criticou na semana passada, e dá agora sinais veementes de que deverá mudar. O secretário de Comunicação da Presidência, Paulo Pimenta, é um dos nomes da "Turma de Curitiba", cidade onde Lula ficou preso.

## Conselheiros

O que muitos criticam é que esse novo entorno de Lula parece ter menos capacidade de atuar como conselheiros. Muito idolatram o presidente, sem a mesma condição de alertá-lo para eventuais rumos errados, como no passado faziam Luiz Gushiken ou José Dirceu.

Elza Fiúza/Agência Brasil



Edinho Silva perdeu eleição em Araraquara

## Troca na comunicação é cogitada há tempos

Quando Paulo Pimenta foi deslocado para a Secretaria Extraordinária criada para dar solução ao drama das enchentes no Rio Grande do Sul no ano passado, já havia a intenção de mudança permanente. O governo apostava na possibilidade de produzir uma virada política no Sul, onde Lula é menos popular, a partir

dos esforços. Mas a deputada federal Maria do Rosário acabou perdendo a eleição para o prefeito Sebastião Melo, reeleito. Pimenta voltou para a comunicação. Mas, na sua ausência, já atuavam mais diretamente o marqueteiro da campanha de Lula, Sidônio Palmeira, e o prefeito de Araraquara, Edinho Silva.

## Sidônio e Edinho

Sidônio e Edinho tiveram forte participação nas mudanças que aconteceram quando Lula mudou o slogan do governo num esforço para se aproximar dos segmentos evangélicos, cada vez mais importantes na sociedade brasileira, especialmente nas camadas mais baixas.

## Não deu certo

Havia uma preferência inicial pelo nome de Edinho Silva. O que se dizia, então, é que Edinho cumpriria seu mandato de prefeito, e poderia vir depois que elegeisse sua sucessora, Eliana Honain. Não deu certo. Ela perdeu as eleições em Araraquara para Dr. Lapena, do PL.

## PT

Na verdade, mais que retornar à Comunicação, o desejo de Edinho era ser o próximo presidente do PT, ao final do mandato de Gleisi Hoffmann. Essa ainda é uma possibilidade. Gleisi pode assumir um ministério. Mas a derrota em Araraquara produziu abalos para Edinho.

## Resultados

De qualquer forma, há um diagnóstico geral de que o governo não tem conseguido reverter em popularidade ganhos, como o crescimento do país, ou a vitória diplomática que teve agora na assinatura do acordo do Mercosul com a União Europeia. É a sacudida que se quer.

## Intensa corrida contra o tempo no Congresso

Apesar dos problemas, pauta inclui orçamento e o pacote fiscal

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Na reta final para a aprovação do orçamento de 2025, o Congresso Nacional corre contra o tempo para finalizar a discussão antes do recesso parlamentar, agendado para 22 de dezembro (um domingo, o que significa que, na prática, o último dia de trabalho, em princípio, será a sexta-feira, 20). A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou, nesta sexta-feira (6), o relatório preliminar da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025, do senador Angelo Coronel (PSD-BA). A comissão aprovou o texto dois dias após aprovar o relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2025. A previsão é que a CMO vote o relatório final do Orçamento até esta quinta-feira (12).

Nesse meio tempo, a comissão determinou o recebimento da apresentação das emendas dos parlamentares até esta terça-feira (10). Os membros da comissão avaliarão os pedidos para fechar o relatório final dentro do prazo estipulado.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias determina as metas e prioridades para o destino dos recursos públicos. Já a Lei Orçamentária Anual, mais detalhada, aponta como esses recursos serão utilizados e distribuídos.

## Emendas

O relatório preliminar de Angelo Coronel fixa as receitas e despesas de 2025 em R\$ 5,8 trilhões. Desse valor, R\$ 1,6 trilhão vai para o refinanciamento da dívida pública federal. O montante ainda separa uma reserva de R\$ 24,6 bilhões para o atendimento de emendas im-



Lula tenta azeitar os acordos com o Congresso para concluir bem o ano

positivas individuais e R\$ 14,3 bilhões para as impositivas de bancada.

Em meio aos desentendimentos referentes às regras para liberação das emendas parlamentares, o relator propõe um "corte prévio linear" de 1% nos gastos discricionários do Poder Executivo, a fim de assegurar os recursos. Esse corte vale para despesas correntes, investimentos e inversões financeiras com valor superior a R\$ 1 milhão.

Diante disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva liberou R\$ 10 bilhões em emendas para usá-las como moeda de troca para aprovar o pacote fiscal. Mas não conseguiu ainda que isso determinasse a boa vontade e o ritmo necessários para toda a complexa pauta que ainda precisa ser avaliada este ano.

Ao Correio da Manhã, o cientista político Isaac Jordão

avaliou que, mesmo pressionado, Flávio Dino e os ministros não devem voltar atrás com suas exigências e caberá ao governo "negociar a capacidade dos parlamentares de priorizar os recursos que estão liberados" para o Executivo "acelerar o que pode ser pago".

Além disso, a AGU [Advocacia-Geral da União] também entrou com uma petição pedindo a liberação de uma parte dos recursos de emenda dos parlamentares. Então, o governo conseguiu se colocar, do ponto de vista da negociação, do lado do Congresso para apertar o Supremo. Portanto, não acredito que essa questão da negociação das emendas vá mudar, mas eu acredito que vá acontecer um debate entre o governo e o Parlamento para poder alinhar o que vai ser liberado e a quantidade que será liberada. E nisso, todo o pacote [fiscal] e o

orçamento entram para negociação", destacou.

## Pacote fiscal

Diante desse rolo com as emendas, o governo articula para conseguir aprovar o pacote fiscal. O plenário da Câmara aprovou a urgência dos projetos na última semana. A expectativa é que os parlamentares votem esta semana o mérito.

Isaac Jordão considera que "as chances das medidas serem votadas na Câmara dos Deputados são altíssimas". Agora, as chances de aprovação dos projetos e da proposta na Câmara e no Senado Federal ainda neste ano, são menores.

Todavia, há um interesse dos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), entregarem projetos estruturantes antes do final dos seus mandatos.

## Dívida dos estados deve ser resolvida nesta terça-feira

Tânia Rego/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

A Câmara dos Deputados deve votar o Projeto de Lei Complementar (PLP) 121/2024, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) nesta terça-feira (10). A informação já havia sido antecipada pelo relator do texto, deputado federal Doutor Luizinho (PP-RJ), ao Correio da Manhã.

O PLP é destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União e, desde setembro deste ano, tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados. Inicialmente, chegou a ser pautado na última terça-feira (3) e, depois, novamente na quarta-feira (4). O adiamento aconteceu a pedido do relator, para ajustar alguns detalhes finais em busca de consenso entre os parlamentares. Ele explicou que o tema é complexo e do interesse dos principais estados.

"Uma matéria que recebeu muitas emendas e é muito importante para os principais estados da Federação", declarou. "Construímos um texto com o governo e as emendas para buscar um consenso", completou o deputado.

O projeto já foi aprovado no Senado Federal e é de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Caso Luizinho faça alterações na matéria, o texto precisará



Claudio Castro deverá pressionar Câmara

retornar para a revisão do Senado, ou seja, neste cenário o envio para a sanção presidencial não acontecerá neste ano. Há, portanto, interesse dos governadores endividados para que isso não aconteça.

## Governadores

Em jantar no Palácio das Esmeraldas com deputados federais e estaduais na noite de quinta-feira (5), o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), pediu apoio da bancada federal goiana para a aprovação do projeto para "Goiás investir e avançar cada vez mais".

Também é esperado que o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), acompanhe a votação no Congresso Nacional. De acordo com sua assessoria, o projeto, que tem sido defendido por ele, é "fundamental para viabilizar a saúde financeira do Rio de Janeiro e de outros estados que também têm investimentos comprometidos pelos altos juros cobrados pela União".

## Parecer

Ao apresentar o seu parecer preliminar, Luizinho afirmou que o texto visa incentivar investimentos em áreas sensíveis,

como educação, segurança pública e infraestrutura. Ele destacou também que a proposta é benéfica para a União, pois permitirá que as dívidas, atualmente suspensas, sejam novamente pagas, gerando receitas para o governo federal.

"O Propag, portanto, é uma solução que permitirá que os estados resolvam de forma definitiva o problema do endividamento e que a União volte a receber os pagamentos das dívidas", iniciou. "Quanto ao equilíbrio federativo, este projeto de lei complementar irá beneficiar proporcionalmente os entes mais endividados. Em relação à responsabilidade fiscal, o projeto propõe que os Estados que aderirem ao Propag limitem o crescimento de suas despesas primárias de forma similar ao Novo Arcabouço Fiscal", acrescentou o relator no documento.

Entre as medidas do Propag, estão o alívio da carga de endividamento, que soma mais de R\$ 765 bilhões, sendo que cerca de 90% diz respeito a quatro estados: Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em troca, os estados deverão entregar alguns de seus bens à União e priorizar investimentos em áreas como educação, saneamento e segurança.

Além disso, os estados terão que aderir a regras fiscais, como o limite no crescimento de suas despesas primárias, e o risco de exclusão por inadimplência.